



Considerações Finais

A realização de um estudo comparativo entre duas épocas tão distintas da educação superior no Brasil não é uma tarefa das mais simples. As inúmeras mudanças institucionais ocorridas, a implantação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a ampliação de novos parceiros para a extensão universitária, como os componentes do terceiro setor, já seriam suficientes para a alteração do perfil de atuação e do papel da extensão universitária.

No entanto, são outros dois os fatores que permeiam de forma mais clara os cenários de 1993 a 2004: as mudanças de posicionamento da Secretaria de Educação Superior/MEC e a atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

A primeira passou do apoio à institucionalização e à realização de programas e projetos, em 1993, a uma posição de rara interferência e de ausência de fomento e de políticas para a extensão na década seguinte. A SESu volta ao diálogo e ao apoio na época que antecede o Diagnóstico 2005. Já o FORPROEX manteve, ao longo do período considerado, um processo contínuo de discussão, de reafirmação de conceitos e diretrizes. Além disso, atingiu metas de elevado envolvimento com a questão da institucionalização e sistematização da extensão, conforme comprovam seus planos de trabalho, apesar da falta de apoio governamental. A implantação do SIEXRASIL e da RENEX, as publicações

sobre a extensão universitária, a realização do I e do II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, as duas edições do Congresso Ibero-americano de Extensão Universitária realizadas no Brasil, a continuidade do Encontro Anual do FORPROEX e dos trabalhos das comissões são ações que mostram o grau de compromisso dos participantes do Fórum.

O presente trabalho, resultado do empenho de um grupo de pesquisadores e extensionistas, com a participação da maioria das instituições, procurou elaborar explicações, buscar compreender o que a extensão universitária já foi e o que é na atualidade, partindo de série de dados coletados em dois momentos históricos.

É notório, hoje, que a atividade extensionista nas IPES é mais convicta de sua função articuladora do ensino e da pesquisa, resultante de um longo período de acúmulo de conhecimentos advindos de uma prática coletiva de pensar e refletir, proporcionada fundamentalmente pelo FORPROEX. Há uma consolidação institucional da extensão e o avanço inequívoco da indissociabilidade entre as práticas acadêmicas da extensão ao ensino e à pesquisa, em uma posição muito distinta de 1993, quando essa articulação apenas foi citada.

A regulamentação da extensão, aspecto mais frágil no início da década de 90, se fortalece nos últimos anos, sendo que uma grande parte das instituições define suas diretrizes políticas e formas de operacionalização extensionista por meio de documentos aprovados e divulgados nas instâncias colegiadas da universidade. A extensão de 2004 se faz conhecer nos projetos acadêmicos dos cursos das universidades, fortalecida pela legislação em vigor (Plano Nacional de Educação, diretrizes curriculares nacionais) e pelo entendimento de que o fazer extensionista promove a pesquisa e o ensino.

A extensão de hoje se define, para uma parcela considerável das instituições públicas, no âmbito dos departamentos, envolvendo número significativo de docentes, técnicos e discentes. Apresenta uma clara evolução de seu significado acadêmico, apesar de construída em meio à precariedade de recursos, bolsas ou qualquer outro inventivo.

O número significativo de IPES que têm em convênios uma das mais importantes fontes de recursos indica que a extensão não mais se fecha em si mesma, mas desvela seu lado de compromisso social, não como substituta do Estado, mas como imenso e profundo laboratório de criação, consolidação de práticas alternativas que podem alicerçar políticas públicas.

Esse amadurecimento permite afirmar que o privilegiado e consistente movimento de avaliação institucional realizado pela CPAE não é extemporâneo,

sendo que os instrumentos formulados foram percebidos e respondidos pela maioria das instituições participantes das ações do FORPROEX, como mais um esforço conjunto pela consolidação da extensão universitária. Há lugar para a avaliação institucional continuada da extensão universitária, respeitando os diferentes momentos das IPES, em um diálogo tão próprio da extensão, que instala a sabedoria para distinguir os acertos e desacertos. Há, também, espaço para a meta-avaliação dos programas e projetos, ações de maior relevância acadêmica. A instauração de processos avaliativos nos últimos anos, principalmente relativos a programas, projetos e cursos, indica uma forte tendência de uma atividade extensionista que intenciona aferir e divulgar seus efeitos e impactos na comunidade interna e junto à sociedade. As práticas avaliativas de programas e projetos, contudo, ainda não se capilarizaram por toda a extensão brasileira, o que indica a necessidade premente de se fortalecer os espaços de debate e troca de experiências entre as instituições com maior experiência na avaliação da extensão e as que se iniciam no tema.

O intercurso de mais de uma década entre os dois momentos de coleta de dados permitiu o conhecimento de dois cenários distantes ou suficientes para a reflexão sobre a extensão universitária no País, os seus avanços e seus inúmeros desafios relacionados a uma atividade que se revigora a partir do sensível, criadora de um espaço único, no qual a universidade presente numa sociedade é capaz de intervir, como instância pública, como instituição formadora. Quais são seus limites? Qual a sua missão em tempos de incerteza? Certamente, a extensão universitária que se vem construindo nas IPES pode, cada uma a seu modo e a partir de suas vivências, contribuir com esse diálogo.

A CPAE tem clareza de que não foram respondidas todas as inquietudes sobre o tema, mas, a partir da presente análise, pode-se “enxergar” melhor a extensão e acumular algum conhecimento útil para gestores e envolvidos com a extensão.

A complementação desse trabalho, com o estudo das respostas ao instrumento 3, permitirá uma publicação referencial.

